Núcleo PCJ-Campinas/Piracicaba

AÇÕES EM SANEAMENTO RURAL E EM COMUNIDADES ISOLADAS

7º Seminário da Qualidade das Águas do Ribeira de Iguape

Rodrigo Sanches Garcia

Promotor de Justiça

Registro, 10 de novembro de 2015

Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente - GAEMA

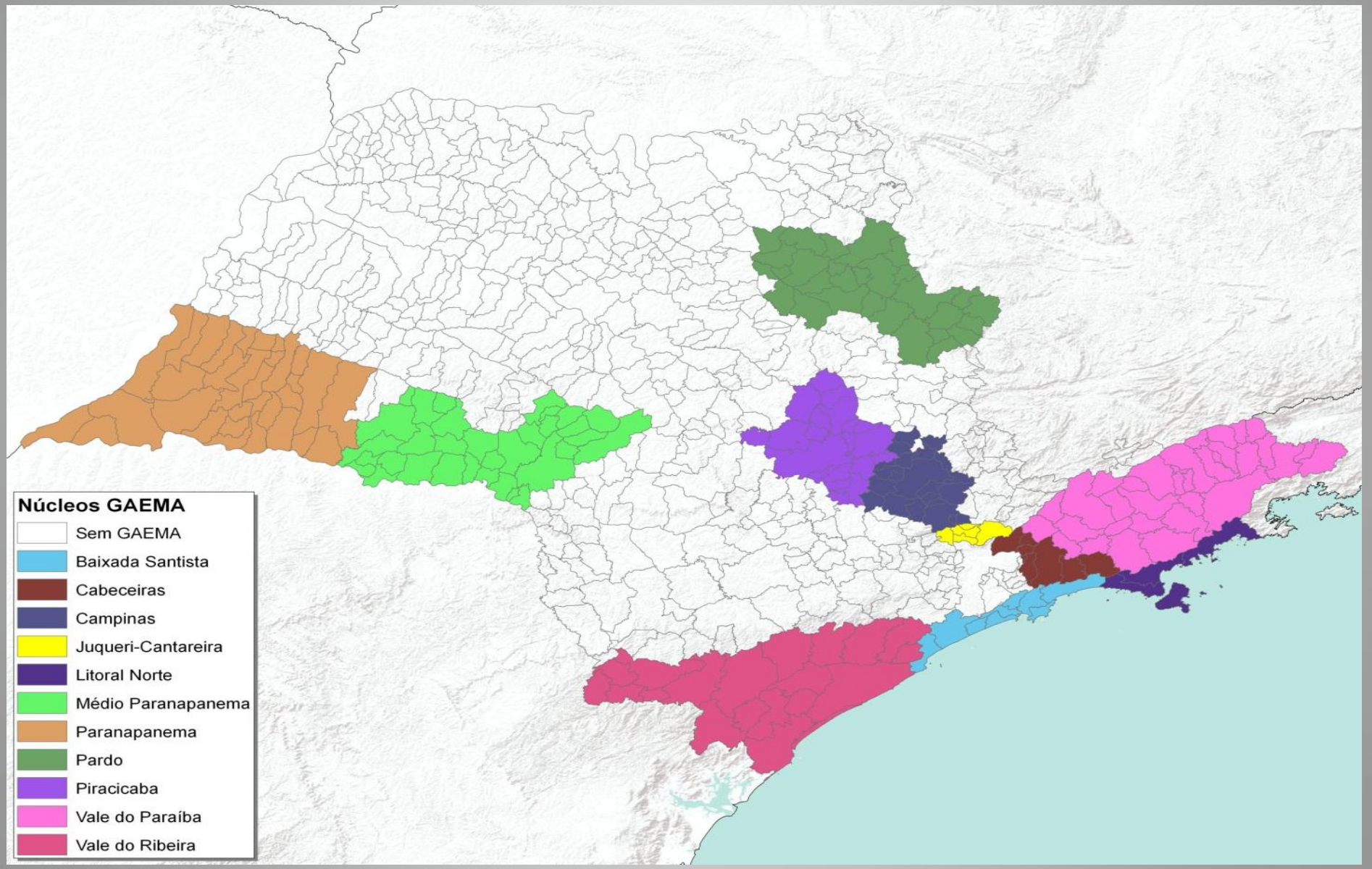


Diagrama legal

Política Nacional de Saneamento Básico

- Legislação não discerne planejamento urbano do rural ou isolado (art. 19 Lei 11. 445/2007).
- Ausente rede pública de saneamento básico, é admitida solução individual de abastecimento de água e de afastamento e destinação final dos esgotos sanitários (Art. 45, § 1º).
- garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares (art. 48, VII).

PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO

- ✓ 24 Municípios na área do GAEMA/Campinas.
- ✓ 6 elaboraram PMSB.
- ✓ mera citação sobre saneamento rural.
- ✓ nenhum apresenta diagnóstico efetivo com número de propriedades.
- ✓ Não há plano para solução do problema – cronograma de implantação de soluções.
- ✓ Transferência do problema para o particular – soluções individuais.

Fonte: http://www.imp.seade.gov.br/frontend/

EXEMPLOS NA BACIA CBH - RB

Município	População Urbana	População rural	Porcentagem na área rural
Registro	47.989	6.069	11,23%
Eldorado	7.278	7.512	50,79%
Jacupiranga	9.346	7.819	45,55%
Miracatu	10.566	9.575	47,54%
Pariquera-açu	13.044	5.730	30,52%

Desafios Legais

- CETESB
  - Sistema Individual: sem licenciamento
  - Sistema coletivo: deve atender aos padrões de emissão, padrão de qualidade, classificação legal e legislações específicas (Decreto Estadual 8.468/76 e CONAMA 357/05 e 430/11).

Semicoletivo: Deve atender as ABNTs NBR 7229 e 13.969

Projeto Inovador de Saneamento em Holambra/SP

- ✓ Origem no TAC celebrado em 2014.
- ✓ Obrigação: elaborar plano Saneamento Rural – 12 meses.
- ✓ Prazo: 2016 à 2020.
- ✓ Convite de participação de diversos atores: ABES-SP, Agência PCJ, CT-Rural, CT-ID, EMBRAPA, Secretaria de Saneamento do Estado de São Paulo.
- ✓ Perspectiva: criação de um modelo de TR para implantação nos municípios da Bacia PCJ.

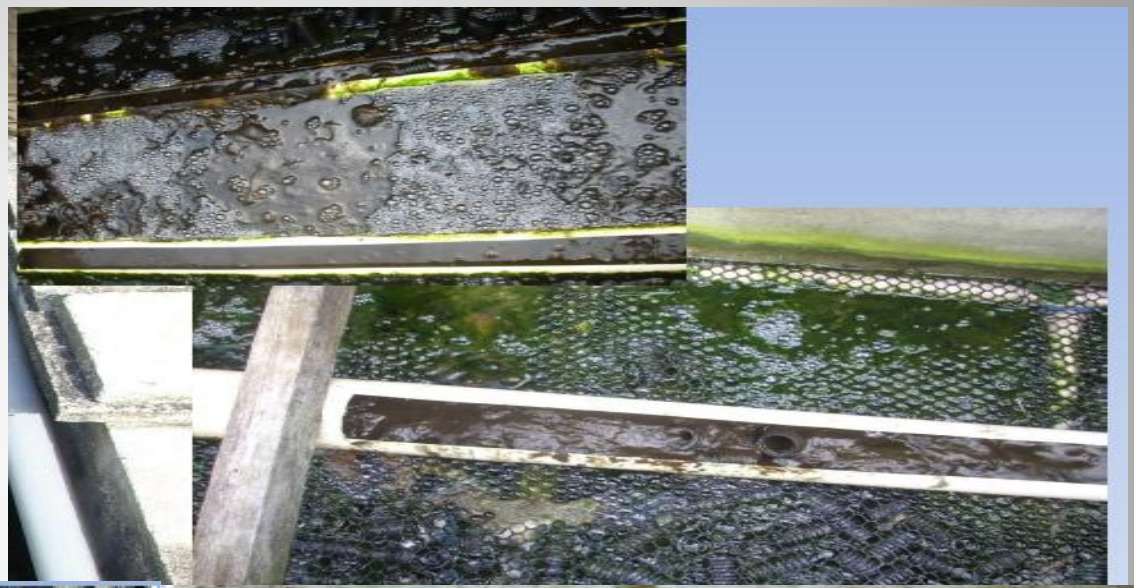
DESAFIOS PARA HOLAMBRA

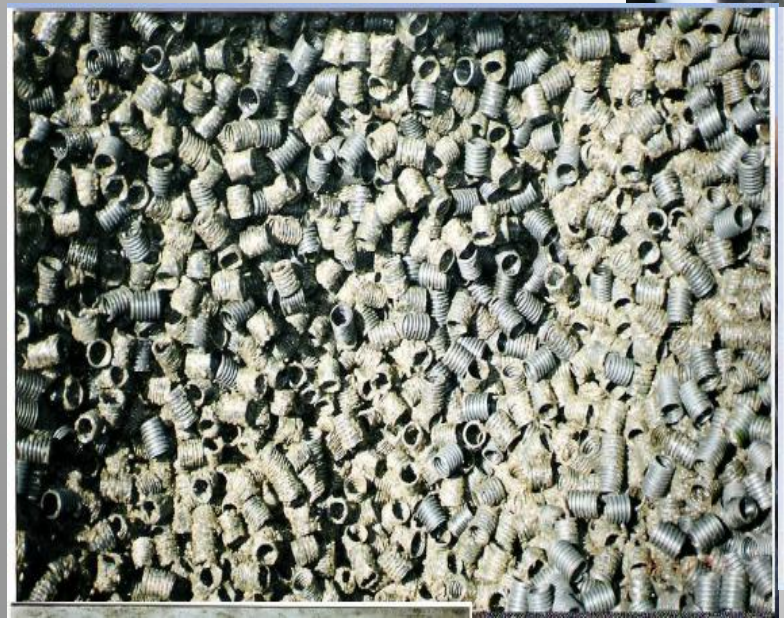
- 28 % da população na área rural
- Estima-se que ao longo do dia esse número gire entre 40 e 50% da população
- 89% sem tratamento de água
- 90,67% sem tratamento de esgoto (despejo in natura e fossas rudimentares)
- Aceitação da população da área rural ?
- Forma de implementação
- Forma de Gestão

MODELO EMBRAPA

Modelos disponíveis no mercado

MODELO SEMICOLETIVO - UFRN





Hidroponia com o esgoto tratado.

UFRN

Tratamento de esgotos em filtros anaeróbios e aerados submersos.

Alta eficiência:
DBO 5mg/L;
SS 7mg/L;
Amônia 6mg/L.

“Crise” na Gestão do Saneamento

- Qualificação de Crise como a “situação de renovação de antigas regras e equilíbrios”
- “As crises constituem oportunidades de mudança dos sistemas humanos; é na medida em que há crises dos modos de raciocínio assentados que surgem possibilidades de mudança” (Medauar - 2003)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GAEMA Núcleo PCJ-Campinas

Dr. Rodrigo Sanches Garcia
Promotor de Justiça

Avenida Francisco Xavier de Arruda
Camargo, 340 – Cidade Judiciária
Jardim Santana
CEP 13088-901
Campinas-SP

Telefone (19) 3578 8334/8335
Fax (19) 3578 8334
Nextel (Fone): (19) 7804 0865
Fleet*ID: 55*54*39040
gaemacampinas@mpsp.mp.br